



Carta de Gestão

06/2025



Sumário

Introdução.....	3
Panorama Geral	4
Cenário Externo.....	4
Estados Unidos (EUA).....	4
Cenário Doméstico	5
Atividade Econômica	5
Inflação e Taxa de Juros.....	6
Câmbio, Moedas e Commodities	7
Mercado Financeiro e Bolsa de Valores	7
Indicadores Financeiros.....	9
Relatório Mensal da Dívida (RMD) e Tesouro Nacional.....	9
Portfólio	12
Conclusão.....	13
Parecer do Comitê de Investimentos	13



Introdução

A **Carta de Gestão de junho de 2025** traz informações sobre os principais eventos econômicos domésticos e internacionais, bem como seu reflexo nos ativos financeiros. É guiada pelo acompanhamento constante da execução e dos resultados da Política de Investimento, pautando-se sob os postulados do Manual Pro Gestão: (i) transparência, (ii) equidade, (iii) *accountability* e (iv) responsabilidade. A inclusão de informações detalhadas sobre a posição de custódia e a visão gerencial visa contribuir para uma compreensão mais ampla dos investimentos e suas estratégias, em absoluto alinhamento com a Política de Investimentos de 2025, e estão disponíveis tanto na internet quanto na intranet.



Panorama Geral

Em junho de 2025, a economia global apresentou sinais mistos, com os Estados Unidos registrando uma contração no PMI de manufatura pelo quarto mês consecutivo, enquanto o PMI de serviços indicou uma leve expansão; o mercado de trabalho permaneceu estável, mas com cortes significativos de empregos em setores como governo, varejo e tecnologia. No Brasil, o Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) caiu para 105,2 pontos, o menor nível desde outubro de 2024, refletindo uma trégua na guerra comercial entre EUA e China e uma reação moderada dos mercados ao conflito no Oriente Médio. A confiança no comércio aumentou, enquanto os setores de serviços e indústria enfrentaram pessimismo. A inflação medida pelo IGP-DI desacelerou para 0,8%, e o IPCA registrou uma variação de 0,24%, com destaque para a queda nos preços dos alimentos. O dólar acumulou uma queda de 11,6% no semestre em relação ao real, impulsionado pelo diferencial de juros e o superávit comercial brasileiro. A taxa SELIC foi aumentada para 15% ao ano em 18/06/2025, com expectativas de redução para 12,50% em dezembro de 2026, segundo o Boletim Focus, que também ajustou a projeção do IPCA para 5,18% e estimou um crescimento do PIB de 2,23% para 2025. Esses dados refletem um cenário de desaquecimento econômico gradual, tendo em vista que o IPCA alcançou 5,53% em abril de 2025 e o crescimento do PIB ter sido de 3,4% em 2024, denotando desafios significativos, especialmente no controle da inflação, que se mantém persistentemente acima da meta da estabelecida pelo CMN e na manutenção da confiança dos agentes econômicos.

Cenário Externo

Estados Unidos (EUA)

Em junho de 2025, o PMI de manufatura¹ dos EUA registrou 49%, indicando contração pelo quarto mês consecutivo. Houve aumento na produção e nos estoques, mas novos pedidos e emprego continuaram a diminuir. As entregas de fornecedores desaceleraram, enquanto os preços das matérias-primas aumentaram. A economia geral manteve-se em expansão pelo 62º mês consecutivo, apesar da contração no setor manufatureiro. O PMI de serviços² dos EUA registrou 50,8%, indicando expansão após um mês de contração. A atividade empresarial e os novos pedidos voltaram a crescer, com índices de 54,2% e 51,3%, respectivamente. No entanto, o emprego caiu para 47,2%, sinalizando contração. As entregas de fornecedores desaceleraram, registrando 50,3%, enquanto os preços das matérias-primas aumentaram pelo 97º mês consecutivo, com um índice de 67,5%.

O número de vagas de emprego nos EUA³ permaneceu estável em 7,8 milhões. As contratações

¹ <https://www.ismworld.org/supply-management-news-and-reports/reports/ism-report-on-business/pmi/june/>

² <https://www.ismworld.org/supply-management-news-and-reports/reports/ism-report-on-business/services/june/>

³ <https://www.bls.gov/news.release/jolts.htm>



e separações totais também não apresentaram grandes mudanças, com 5,5 milhões e 5,2 milhões, respectivamente. Segundo the Bureau of Labor Statistics (BLS)⁴ de junho, os setores de governo estadual e saúde tiveram ganhos significativos, enquanto o governo federal continuou a perder empregos. A taxa de participação na força de trabalho permaneceu em 62,3%, e o número de pessoas empregadas em meio período por razões econômicas foi de 4,5 milhões. Os ganhos médios por hora aumentaram 0,2%, chegando a \$36,30. As demissões e dispensas diminuíram para 1,6 milhão, enquanto as saídas voluntárias dos empregados (*quits*) ficaram em 3,3 milhões. ⁵ anunciaram 47.999 cortes de empregos, uma queda de 49% em relação a maio, mas apenas 2% menor que junho de 2024. O segundo trimestre registrou 247.256 cortes, o maior desde 2020. Até agora, em 2025, foram anunciados 744.308 cortes, o maior acumulado desde 2020. Os setores mais afetados incluem governo, varejo e tecnologia, com aumentos significativos em relação ao ano anterior. As condições econômicas foram a principal razão citada para os cortes.

Cenário Doméstico

Atividade Econômica

Em junho de 2025, o Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br)⁶ recuou 7,6 pontos, atingindo 105,2 pontos, o menor nível desde outubro de 2024. Esse recuo foi influenciado principalmente pela queda de 8,5 pontos no componente de Mídia, que reflete a frequência de notícias sobre incerteza econômica. O componente de Expectativas também diminuiu 1,1 ponto, atingindo 86,6 pontos, o menor nível desde janeiro de 2015. A redução na incerteza foi atribuída à trégua na guerra comercial entre Estados Unidos e China e à reação moderada dos mercados globais frente ao conflito no Oriente Médio. Os índices de confiança dos setores de comércio, serviços e indústria apresentaram variações distintas, refletindo diferentes percepções e expectativas econômicas. O Índice de Confiança do Comércio (ICOM)⁷ do FGV IBRE cresceu 0,6 ponto, atingindo 89,3 pontos, marcando o terceiro mês consecutivo de alta. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela melhora nas expectativas de vendas futuras. No entanto, o Índice de Situação Atual (ISA-COM) recuou 2,8 pontos, indicando uma percepção mais fraca da demanda atual.

Por outro lado, o Índice de Confiança de Serviços (ICS)⁸ caiu 1,2 ponto, para 90,7 pontos, refletindo uma deterioração na avaliação da situação presente e nas expectativas para os próximos meses. O Índice de Situação Atual (ISA-S) retraiu 1,5 ponto, enquanto o Índice de Expectativas (IE-S)

⁴ <https://www.bls.gov/news.release/pdf/empsit.pdf>

⁵ <https://www.challengergray.com/blog/june-2025-companies-announce-virtually-the-same-number-of-cuts-as-last-year-highest-q2-ytd-cuts-since-2020/>

⁶ https://portalibre.fgv.br/system/files/divulgacao/noticias/mat-complementar/2025-06/PressRelease_IIE-BR_jun25.pdf

⁷ https://portalibre.fgv.br/system/files/2025-06/sondagem-do-comercio-fgv_press-release_jun25_0.pdf

⁸ https://portalibre.fgv.br/system/files/divulgacao/noticias/mat-complementar/2025-06/Press%20Release_ICS_jun25.pdf



diminuiu 1,0 ponto, indicando um cenário de pessimismo no setor de serviços.

A indústria também apresentou um desempenho negativo, com o Índice de Confiança da Indústria (ICI)⁹ caindo 2,1 pontos, para 96,8 pontos, a maior queda do ano. A retração foi disseminada entre os indicadores que compõem o índice, com destaque para a queda de 4,4 pontos no nível atual de demanda e de 3,7 pontos nas expectativas para os próximos seis meses. Esses resultados refletem um cenário de incerteza e desafios econômicos, com variações significativas nas percepções e expectativas dos diferentes setores.

Em maio de 2025, o mercado de trabalho brasileiro^{10,11,12} apresentou sinais positivos de recuperação. A taxa de desocupação foi estimada em 6,2% no trimestre móvel de março a maio, uma redução de 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e de 1,0 ponto percentual em comparação ao mesmo período do ano anterior. O emprego formal registrou um saldo positivo de 148.992 postos de trabalho, com destaque para o setor de serviços, que criou 70.139 vagas, seguido pelo comércio e pela indústria. O rendimento médio mensal real dos trabalhadores foi de R\$ 3.457, representando um crescimento de 3,1% em relação ao ano anterior. A população na força de trabalho foi estimada em 110,7 milhões de pessoas, um aumento de 1,6 milhão em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esses dados refletem uma expansão na participação da força de trabalho e uma melhora no poder de compra dos trabalhadores, indicando uma recuperação econômica gradual e contínua.

Inflação e Taxa de Juros

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI)¹³ de junho de 2025 registrou uma inflação de 0,8%, uma leve desaceleração em comparação ao mês anterior. Este resultado foi influenciado pela queda nos preços dos alimentos e pela estabilidade nos preços dos combustíveis, refletindo um cenário de controle inflacionário.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)¹⁴ registrou uma variação de 0,24%, ligeiramente abaixo dos 0,26% de maio. No acumulado do ano, o IPCA subiu 2,99%, e nos últimos

⁹ https://portalibre.fgv.br/system/files/divulgacao/noticias/mat-complementar/2025-06/Sondagem%20da%20Industria%20FGV_press%20release_Jun25.pdf

¹⁰ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2025_maio.pdf

¹¹ https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2025/maio/sumario-executivo_maio-de-2025.pdf

¹² <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2025/maio/apresentacao-maio-de-2025.pdf>

¹³ <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/inflacao/2025/informativo-igp-dijun2025.html>

¹⁴ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/43953-ipca-fica-em-0-24-em-junho>



doze meses, 5,35%. O grupo Alimentação e bebidas foi o único a apresentar variação negativa (-0,18%), enquanto Habitação teve a maior alta (0,99%). A energia elétrica residencial, com um aumento de 2,96%, foi o item com maior impacto individual no índice do mês.

Câmbio, Moedas e Commodities

Segundo o the Monthly Oil Market Report¹⁵, os preços do petróleo têm enfrentado uma série de influências complexas e muitas vezes contraditórias. Por um lado, as tarifas comerciais e as tensões geopolíticas, como o conflito entre Israel e Irã, têm sustentado os preços devido ao medo de disrupções na oferta - segundo analistas, o maior risco seria o fechamento do Estreito de Ormuz: a passagem é vital para 20% do petróleo mundial, o que poderia elevar ainda mais os preços e impactar países consumidores. Além disso, a expectativa de um acordo comercial entre EUA e China pode impulsionar a demanda, mantendo a tendência de alta. No entanto, o aumento da produção pela OPEP+ e pelos EUA, juntamente com a fraqueza da demanda global, sugere que os fundamentos não suportam preços elevados a longo prazo. No mercado de ouro, a alta recente foi impulsionada por tensões geopolíticas, mas o potencial de valorização parece limitado, especialmente se as tensões entre Israel e Irã diminuírem. Em resumo, enquanto o medo e as incertezas geopolíticas continuam a influenciar os mercados de petróleo e ouro, os fundamentos econômicos subjacentes indicam uma possível correção nos preços dessas commodities.

As preocupações sobre irresponsabilidade fiscal e guerra comercial, influenciando negativamente o dólar. A expectativa pela "Super Quarta" trouxe volatilidade, com o mercado reagindo à alta da taxa Selic e às tensões no Oriente Médio. A divulgação da ata do Copom e o cessar-fogo entre Israel e Irã também foram fatores importantes. Além disso, a correlação entre o euro e o S&P 500 acendeu alertas sobre a estabilidade do dólar. Com atenção ao IOF e à PTAX, enquanto o feriado nos EUA e as incertezas políticas pressionaram o dólar. O mês foi concluído com o mercado animado pelo acordo entre EUA e China, apesar da falta de detalhes.

Ao final de junho, o dólar acumulou queda de cerca de 11,6% no semestre em relação ao real. A valorização da moeda brasileira tem sido puxada principalmente: (i) pelo diferencial de juros em relação aos EUA, o que atrai capital estrangeiro; (ii) pelo superávit comercial brasileiro; e, (iii) pela fraqueza global do dólar. Ademais, a guerra comercial iniciada por Trump em abril fez com que investidores globais reduzissem sua exposição ao dólar, diminuindo sua demanda e, conseqüentemente, seu preço.

Mercado Financeiro e Bolsa de Valores

¹⁵ <https://www.opec.org/assets/assetdb/momr-june-2025.pdf>



O Comitê de Política Monetária (Copom)¹⁶ do BC decidiu aumentar a taxa SELIC para 15% ao ano, o maior patamar desde 2006, quando oscilou entre 18% e 13,25%. Essa decisão reflete a tentativa de controlar a inflação, que ainda está acima da meta estabelecida, bem como a forte sinalização da autoridade monetária em demonstrar para os agentes econômicos, que está comprometida com a política monetária contracionista. A expectativa do mercado é que a taxa comece a cair em 2026, atingindo 12,50%, e 10% em 2027.

A manutenção da taxa SELIC em um nível elevado visa conter a pressão inflacionária, que tem sido um desafio constante para a economia brasileira. Com a inflação acima do teto da meta, o BC busca, através da política monetária, reduzir a demanda agregada e, conseqüentemente, os preços. No entanto, essa estratégia também tem impactos sobre o crescimento econômico, uma vez que juros mais altos encarecem o crédito e podem desestimular investimentos e consumo. A comunicação do BC destaca a importância de manter a credibilidade da política monetária e a confiança dos agentes econômicos na capacidade do banco de controlar a inflação a médio e longo prazo.

O Boletim Focus¹⁷, divulgado semanalmente pelo Banco Central, compila as previsões de instituições financeiras e consultorias econômicas sobre diversos indicadores econômicos. No boletim de julho de 2025, a projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) foi ajustada para 5,18%, uma leve redução em relação à semana anterior. Apesar da queda, a inflação projetada ainda está acima do teto da meta, fixado em 5%. Esse cenário reflete as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira em controlar os preços, mesmo com a manutenção de uma política monetária restritiva.

Em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), houve um aumento na estimativa de crescimento econômico para 2,23% em 2025, sinalizando uma desaceleração gradual da atividade econômica. A expectativa da taxa SELIC para encerramento do exercício, por sua vez, foi mantida em 15% ao ano, sem alterações em relação à semana anterior, indicando a continuidade da estratégia do BC em conter a inflação. A cotação do dólar também permaneceu estável, com projeção de R\$ 5,70 para o final do ano. Essas previsões são importantes para orientar as expectativas dos agentes econômicos e auxiliar na tomada de decisões de investimento e consumo.

¹⁶ <https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom271-not20250618271.pdf>

¹⁷ <https://static.poder360.com.br/2025/07/boletim-focus-7-jul-2025.pdf>



Indicadores Financeiros

Evolução da rentabilidade de indicadores financeiros em 2025.

Os valores exibidos estão em Real (BRL).

Renda Fixa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Ano 2025
CDI	1,01%	0,99%	0,96%	1,06%	1,14%	1,09%	6,40%
IMA-B	1,07%	0,50%	1,84%	2,09%	1,70%	1,30%	8,80%
IMA-B 5	1,88%	0,65%	0,55%	1,76%	0,62%	0,45%	6,04%
IMA-B 5+	0,43%	0,41%	2,83%	2,33%	2,45%	1,86%	10,74%
IMA-S	1,10%	0,99%	0,96%	1,05%	1,16%	1,11%	6,55%
IRF-M	2,58%	0,61%	1,39%	2,99%	1,00%	1,78%	10,77%
Poupança	0,67%	0,63%	0,61%	0,67%	0,67%	0,67%	3,99%
Selic	1,01%	0,99%	0,96%	1,06%	1,14%	1,10%	6,41%
Moeda							
Criptomoeda Bitcoin (R\$)	2,86%	-16,61%	-5,50%	13,39%	12,02%	-2,54%	0,35%
Dólar	-5,50%	1,11%	-3,37%	-0,60%	0,81%	-5,04%	-12,14%
Euro	-5,82%	0,35%	1,92%	3,65%	0,81%	-0,84%	-0,21%
Ações							
Ibovespa	4,86%	-2,64%	6,08%	3,69%	1,45%	1,33%	15,44%
IBRA	4,96%	-2,66%	5,89%	3,62%	1,88%	1,38%	15,77%
ICON	1,87%	-5,51%	12,27%	12,67%	2,37%	-1,78%	22,44%
IDIV	3,50%	-2,78%	5,52%	3,88%	1,31%	1,76%	13,71%
IFIX	-3,07%	3,34%	6,14%	3,01%	1,44%	0,63%	11,79%
IMOB	11,23%	-3,57%	9,61%	11,55%	7,18%	4,16%	46,41%
ISE	5,72%	-2,92%	4,69%	10,48%	3,84%	1,82%	25,53%
SMLL	6,11%	-3,87%	6,73%	8,47%	5,94%	1,04%	26,43%
IGP-M	0,27%	0,0106	-0,34%	0,0024	-0,49%	-0,0167	-0,94%
IPCA	0,16%	1,31%	0,56%	0,43%	0,26%	0,24%	2,99%

Fonte: Quantum Axis¹⁸ - Elaborada por CGI¹⁹

Relatório Mensal da Dívida (RMD) e Tesouro Nacional

O Relatório Mensal da Dívida Pública Federal de maio de 2025 apresenta uma análise

¹⁸ As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela QUANTUM, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses.

¹⁹ Tabela elaborada a partir da coleta de informações obtidas através da plataforma Quantum Axis.



detalhada das operações de emissão e resgate, composição, prazos médios, custos médios e reserva de liquidez da dívida pública. Este documento é essencial para entender a evolução e a gestão da dívida pública brasileira, fornecendo informações cruciais para investidores e formuladores de políticas. A análise comparativa com o mês anterior permite uma visão clara das tendências e variações significativas.

Segundo o Relatório Mensal da Dívida Pública Federal (RMD)²⁰, divulgado em junho de 2025, destacam-se os seguintes pontos:

Emissões e Resgates

R\$ (em bilhões)

Categoria	Emissões	Resgates	Emissão Líquida
DPF	158,51	184,54	-26,03
DPMFi	158,5	183,52	-25,02
DPFe	0,01	1,02	-1,01

Estoque da DPF

Categoria	Abril	Mai	Varição (R\$)	Varição (%)
DPF	7.616,62	7.670,49	53,87	0,71%
DPMFi	7.310,49	7.361,32	50,83	0,70%
DPFe	306,13	309,17	3,03	0,99%

Composição da DPF

Em (%)

Indexador	Abril	Mai	Varição
Prefixado	20,23	21,1	0,87
Índice de Preços	28,46	26,64	-1,82
Taxa Flutuante	47,3	48,25	0,95
Câmbio	4,01	4,02	0,01

Prazo Médio

Em anos

Categoria	Abril	Mai	Varição
DPF	4,17	4,2	0,03
DPMFi	4,04	4,08	0,04
DPFe	7,17	7,11	-0,06

Custo Médio

(% a.a.)

Categoria	Abril	Mai	Varição
DPF	11,62	11,73	0,11
DPMFi	11,41	11,55	0,14
DPFe	16,18	15,41	-0,77

²⁰ <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-mensal-da-divida-rmd/2025/4>



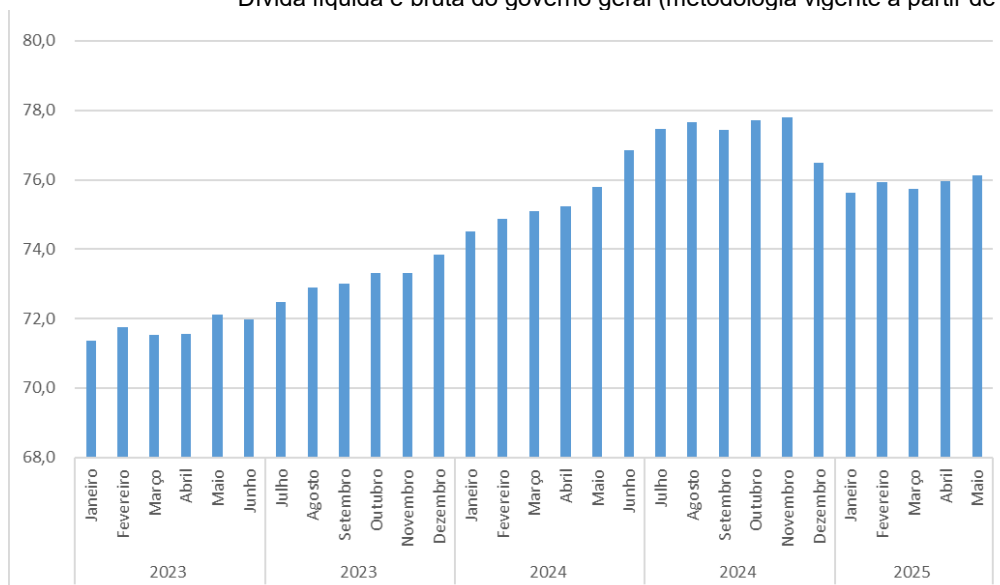
Reserva de Liquidez

Categoria	Abril	Maio	Variação	
			R\$ bilhões	(%)
Reserva de Liquidez	904,41	861,3	-43,11	-4,77%

Destaca-se um aumento no estoque da dívida pública federal, uma leve elevação nos custos médios e uma redução na reserva de liquidez. Essas informações são fundamentais para a avaliação contínua da sustentabilidade da dívida pública e para a formulação de estratégias eficazes de gestão da dívida.

Dívida Bruta Governo Geral – DBGG

Dívida líquida e bruta do governo geral (metodologia vigente a partir de 2008)²¹



Fonte: Tesouro Transparente

Em maio de 2025, o Governo Central do Brasil²² apresentou um déficit primário de R\$ 40,6 bilhões, uma melhora significativa em relação ao déficit de R\$ 60,4 bilhões no mesmo mês de 2024. Esse resultado ficou abaixo das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal, que previa um déficit de R\$ 62,2 bilhões. A receita líquida aumentou 2,8% (R\$ 4,9 bilhões) em termos reais, impulsionada principalmente pelo crescimento do Imposto de Renda, Outras Receitas Administradas e Arrecadação Líquida para o RGPS. Em contrapartida, as despesas totais diminuíram 7,6% (R\$ 18,1 bilhões) em termos reais, com reduções significativas nas despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, créditos extraordinários e benefícios previdenciários, enquanto as despesas com pessoal e encargos sociais aumentaram devido aos reajustes concedidos aos servidores civis. No acumulado de

²¹ <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>

²² <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/divida-publica-federal/estatisticas-e-relatorios-da-divida-publica-federal>



janeiro a maio de 2025, o Governo Central registrou um superávit primário de R\$ 32,2 bilhões, comparado a um déficit de R\$ 28,7 bilhões no mesmo período de 2024, refletindo um aumento de 3,3% na receita líquida e uma redução de 3,3% nas despesas totais.

Portfólio

Os Fundo Previdenciário (FUNPREV) e Fundo Financeiro (FUNFIN) são compostos por ativos acumulados para garantir o custeio dos benefícios previdenciários dos servidores municipais de São Paulo. Estes fundos são regulamentados pelo Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022²³.

De acordo com o Relatório Gerencial, o FUNPREV possui um saldo aplicado de R\$ 2.437.151.670,14, onde o Ativo BB Referenciado DI, representando a totalidade do valor aplicado da carteira. Resultando em um ganho financeiro de R\$ 25.801.689,54, equivalente à rentabilidade de 1,09% (99,58% do CDI). Ademais, a posição do FUNPREV soma-se ao saldo em caixa de R\$ 47.232,68.

Da mesma forma, a análise do respectivo Relatório Gerencial demonstra que o FUNFIN possui um saldo aplicado de R\$ 405.554.286,63, onde o Ativo BB Referenciado DI, representando a totalidade do valor aplicado da carteira. A aplicação obteve ganho financeiro de R\$ 3.785.143,72 no mês, o equivalente à rentabilidade de 1,09% (99,58% do CDI). Ademais, a posição do FUNFIN soma-se ao saldo em caixa de R\$ 675,82.

²³ <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-61151-de-18-de-marco-de-2022>



Conclusão

Em junho 2025, no âmbito da renda fixa, o CDI, que serve como referência para a rentabilidade dos fundos de previdência e que norteia as aplicações do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM) para o ano corrente, rendeu 1,09% no mês. Os fundos previdenciários do Município de São Paulo, FUNPREV e FUNFIN, apresentaram desempenhos positivos, refletindo a eficiência na gestão dos recursos e o cumprimento das metas estabelecidas. Esses resultados evidenciam a importância de uma gestão prudente e estratégica dos ativos, garantindo o custeio dos benefícios previdenciários dos servidores municipais e assegurando a sustentabilidade financeira dos fundos. A manutenção da rentabilidade ligeiramente próxima ao CDI e, principalmente, acima da meta atuarial no período avaliado demonstra a eficácia das políticas adotadas e a capacidade de adaptação às condições econômicas variáveis, proporcionando segurança e estabilidade para o RPPS.

Parecer do Comitê de Investimentos

No âmbito do RPPS, é essencial a divulgação dos relatórios de investimentos mensais e anuais, conforme preconiza o Manual Pró-Gestão. Estes documentos são cruciais para garantir a transparência e eficácia na administração dos fundos, em linha com os princípios da Administração Pública e as diretrizes da Política de Investimentos.

O Comitê de Investimentos tomou ciência dos documentos apresentados pela Coordenadoria de Gestão de Investimentos (CGI), os quais demonstram a evolução das carteiras de investimentos dos fundos FUNFIN e FUNPREV. Esses documentos indicam que as operações realizadas estão em conformidade com a Política de Investimentos atualmente em vigor, refletindo a aderência às diretrizes estabelecidas para a gestão dos recursos.

Com o cessar-fogo entre Irã e Israel, a tendência é que o preço do petróleo se estabilize. Para o Brasil, a estabilização do preço do petróleo em patamar inferior pode contribuir para a moderação da inflação de combustíveis, com reflexos sobre o IPCA e, potencialmente, sobre o ciclo de juros.

O Comitê de Investimentos acompanhará com atenção o agravamento das tensões geopolíticas e seus desdobramentos sobre os fluxos de comércio e investimentos, em especial após o anúncio da imposição de tarifas de até 50% pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. A escalada tarifária, associada à sinalização de retaliações adicionais por parte do governo Trump, compromete as perspectivas de exportação em setores relevantes da economia



nacional, como o agronegócio e a indústria de transformação, com potenciais efeitos sobre a taxa de câmbio, a inflação e a atratividade de ativos locais.

No cenário interno, o Comitê acompanhará os sinais de enfraquecimento da atividade econômica, evidenciados pela queda do faturamento industrial, da massa salarial e do consumo das famílias, mesmo em um contexto de pleno emprego e inflação em desaceleração. A manutenção da taxa Selic em 15%, a piora dos indicadores de confiança empresarial, especialmente na indústria, e o ambiente de crédito restritivo continuam a limitar a recuperação da demanda interna, o que impõe cautela.

O Comitê continuará atento aos impactos desse quadro sobre os portfólios sob gestão, com especial atenção à resiliência dos setores expostos ao mercado externo, à vulnerabilidade de receitas indexadas à inflação e à liquidez dos ativos em cenário de maior aversão ao risco.

Com base nesses princípios e no compromisso com a responsabilidade fiscal (“*accountability*”), o Comitê de Investimentos, com funções detalhadas no Decreto nº 62.556, de 12 de julho de 2023²⁴, ratifica a Carta de Gestão e os documentos complementares do mês de junho de 2025, durante sua reunião ordinária realizada em 18 de julho de 2025.

²⁴ <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62556-de-12-de-julho-de-2023>